AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO LITORÂNEO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - CEARÁ

Enos Feitosa de Araujo
Mestrando em Geografia – UFC
Universidade Federal do Ceará
enosfeitosa@gmail.com

Eustógio Wanderley Correia Dantas
Professor Associado I
Universidade Federal do Ceará
edantas@ufc.br

RESUMO

Este trabalho resulta de estudos realizados no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional no Departamento de Geografia, inserido no Núcleo Fortaleza do projeto nacional: "Observatório das Metrópoles: Território, Coesão Social e Governança". A linha de pesquisa que este trabalho se insere é o "estudo comparativo sobre o papel das atividades imobiliário-turísticas na transformação do espaço social das metrópoles nordestinas" que objetiva as análises turísticas na produção dos espaços litorâneos metropolitanos do Nordeste brasileiro pelo viés do mercado imobiliário, investimentos públicos e privados e políticas públicas direcionadas ao planejamento turístico. A Região Metropolitana de Fortaleza é uma destas metrópoles que se destacam no contexto nordestino quanto às atividades turísticas. A RMF é composta por 15 municípios, dos quais 5 são litorâneos e os fluxos turísticos metropolitanos concentram-se principalmente nos municípios litorâneos de Fortaleza, Aquiraz e Caucaia, e os outros municípios litorâneos de São Gonçalo do Amarante e Cascavel possuem menores fluxos que os primeiros, mas possuem relevância no contexto turístico. Desta forma, a partir das análises das políticas públicas, os agentes imobiliários, os fluxos turísticos e as tipologias dos empreendimentos hoteleiros e turísticos buscam-se a compreensão das relações socioespaciais das atividades turísticas nos espaços litorâneos metropolitanos de Fortaleza.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Região Metropolitana. Turismo.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades mais importantes no contexto econômico do Nordeste brasileiro. De tal forma, que segundo o Ministério do Turismo (MTUR) a Região Nordeste teve receitas turísticas na ordem de R$ 14,0 bilhões no ano de 2010 e o estado do Ceará destaca-se como um dos Estados com o montante de R$ 3,9 bilhões (32% do total do NE). Este crescimento do fluxo turístico vincula-se aos investimentos estatais, uma das forças motrizes do turismo no Nordeste brasileiro.

As políticas públicas turísticas investem cerca de R$ 3 bilhões em todo o Nordeste brasileiro, objetivando reduzir o déficit de infra-estrutura em quase em todos os lugares turísticos – geralmente litorâneos – devido à concentração dos equipamentos urbanos nas principais cidades como capitais estaduais e outras cidades tradicionais vinculado ao comércio, atividade portuária, entre outros.

Os principal programa é o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste (PRODETUR/NE) que se constitui em 2 fases, intitulado PRODETUR I e PRODETUR II. O PRODETUR NACIONAL, que seria a terceira fase do projeto, tem outros objetivos e ampliou sua abrangência para âmbito nacional, com ênfase do planejamento municipal, não mais com a lógica estadual.

Esta nova conjuntura política privilegia os municípios litorâneos metropolitanos, já que a Regiões Metropolitanas são pólos econômicos concentradores de investimentos públicos e privados e assim, reforça-se o papel da metrópole na dinâmica turística, e por isto, a termologia de “metropolização turística”. Vários setores econômicos tradicionais vinculam-se a esta lógica, como o setor hoteleiro, fundiário, imobiliário, serviços, entre outros. Desta forma, o turismo vincula-se a produção do espaço metropolitano.

Neste trabalho, buscamos compreender a produção do espaço litorâneo metropolitano e sua vinculação às atividades turísticas. Em primeiro plano, discutiremos o planejamento turístico e as políticas públicas com os respectivos programas turísticos e a configuração territorial resultante destas ações e em segundo plano, ampliaremos para a discussão das políticas públicas atuais e previstas e os investimentos privados para a compreensão dos agentes produtores do espaço litorâneo metropolitano e em terceiro e ultimo plano, buscaremos

compreender os níveis intrametropolitanos turísticos de interação socioespacial dos municípios litorâneos metropolitanos.

2. PLANEJAMENTO TURÍSTICO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS NA RMF

O planejamento turístico no Ceará configurou-se como um importante vetor estratégico para o desenvolvimento da atividade. Os anos 1980-1990 são marcados por mudanças significativas no planejamento econômico estadual, e a priorização do turismo como uma das atividades econômicas a terem grandes volumes de investimentos. Os principais programas turísticos constituídos são o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará (PRODETURIS) e o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Mas em que aspectos, o planejamento turístico e as políticas públicas conseguiram ter seus resultados? Os espaços litorâneos tornaram-se prioritários de investimentos pelo Estado, em uma lógica mais ampla do que a esfera econômica, mas cultural. Dantas (2002) acrescenta o “imaginário social” formado a partir do “sol” – elemento negativo do período anterior – que tem como principal elemento positivo na atualidade, tanto que Fortaleza intitula-se como a “cidade do sol”.

Becker (2001) questiona o modelo de Cancun para o Nordeste brasileiro,já que este tinha como principal característica a menor participação estatal, e pelo que iremos detalhar no próximo tópico, o Estado é o principal agente que se responsabiliza pela maior parte dos investimentos turísticos. Então, temos um turismo influenciado pelas políticas públicas? Antes de detalharmos as políticas públicas, precisamos compreender a distinção entre o planejamento turístico e as políticas públicas.

Desta forma, o planejamento promove um plano econômico e enquanto as políticas públicas promovem as ‘estruturas físicas’ em si. Ambas têm por finalidade, o desenvolvimento econômico, cabendo à última ter uma preocupação com a inserção da sociedade civil nos benefícios econômicos, sociais e ambientais da atividade priorizada pelo planejamento.

No caso cearense, o planejamento turístico inicia-se no Governo das Mudanças, com o pretexto de que esta atividade poderia inserir vários municípios de uma forma sustentável e justa. O litoral é o principal espaço a ser relacionado com o turismo, já que o “sol e praia” é o principal *slogan* do turismo internacional. O Ceará com quase 600 km de litoral, seria facilmente inserido na lógica deste turismo.

As políticas públicas (PRODETURIS, PRODETUR) iniciam em 1989, como resultantes deste planejamento, porém, somente em 1997 que as obras do PRODETUR iniciam-se. Mas com a conjuntura turística já formada, os municípios litorâneos já participavam de uma rede de fluxos turísticos, com crescente demanda internacional. Com esta distinção entre o planejamento turístico e as “obras das políticas públicas”, como podemos mensurar a influência dos investimentos na construção dos espaços turísticos?

Desta forma, no próximo tópico detalharemos as políticas públicas direcionadas ao turismo como o PRODETURIS e o PRODETUR, e analisaremos as influencias resultantes destes, na dinâmica turística cearense, e prioritamente, a metropolitana.

2.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS: PRODETURIS E PRODETUR

No Ceará, existem basicamente dois programas turísticos: o PRODETURIS de origem estadual, o PRODETUR em 2 fases: PRODETUR I e II e atualmente, o PRODETUR NACIONAL. Mas qual a principal diferença entre os dois programas? O primeiro baseava em relatórios analíticos de planejamento, e enquanto o ultimo, efetiva as ações de infra-estrutura.

O PRODETURIS é um programa de escala estadual iniciado em 1989 que zoneou o litoral cearense em zonas prioritárias de investimentos turísticos. Por falta de recursos, o programa não conseguiu suas finalidades, porém, com o advento do PRODETUR em 1991 de escala federal com aporte de US$ 800 milhões, os estudos realizados pelo programa anterior são utilizados pelo PRODETUR.

Mas os recursos financeiros do PRODETUR são destinados à metrópole de Fortaleza e os municípios do Litoral Oeste cearense. Segundo Benevides (1998) a concentração de investimentos no oeste cearense se deveu: a) um considerável

contingente populacional; b) o maior número de localidades litorâneas; c) a estrutura fundiária formada de médias e pequenas propriedades; d) a ocupação é dispersa, e por isto, as áreas entre o litoral e a BR-222 poderiam ser utilizadas para áreas ambientais e expansão econômica.

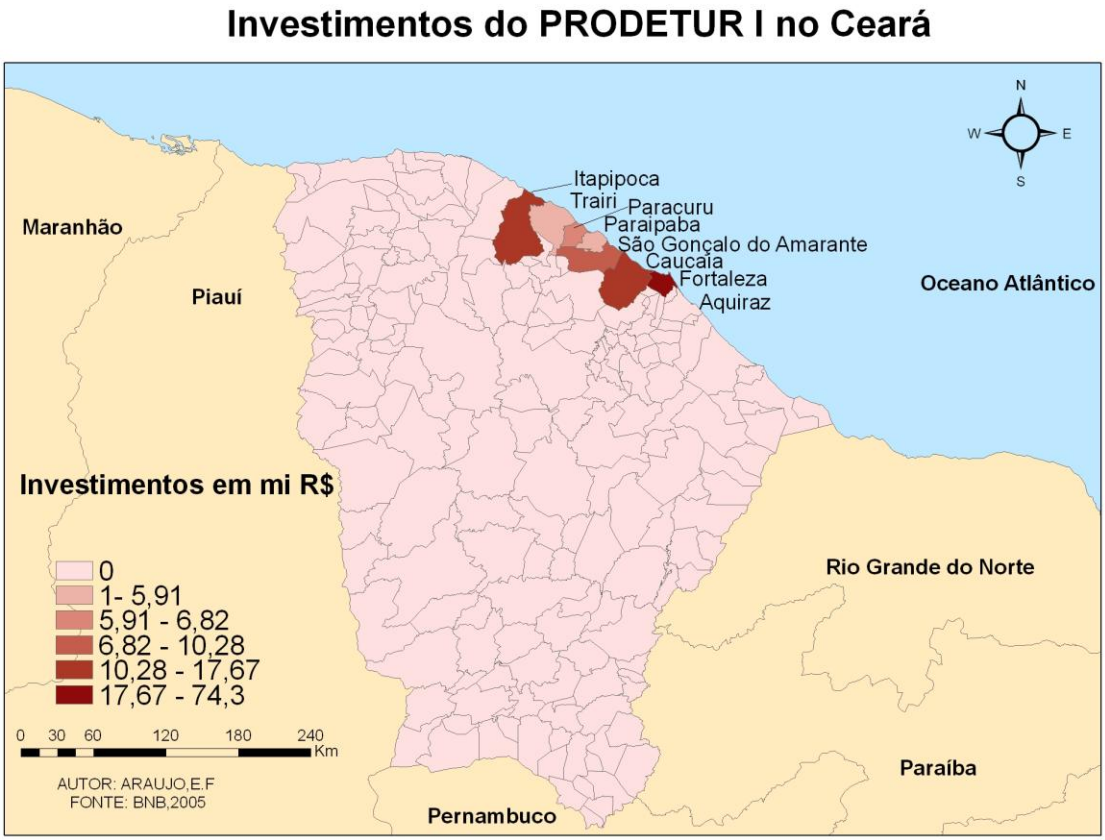
Os recursos financeiros oriundos do PRODETUR foram basicamente de infra-estrutura básica (construção e ampliação de aeroportos, construção e/ou ampliação de vias rodoviárias, recuperação de patrimônio ambiental e histórico, a implantação de Planos Diretores Municipais, entre outros eixos) e fortalecimento institucional (planos e planejamentos municipais e estaduais). Mas em que nível, as políticas públicas turísticas intervém no fluxo turístico?

Mas como as políticas públicas turísticas influenciam o fluxo turístico na RMF e na metrópole Fortaleza? No próximo subtópico, iremos detalhar as políticas públicas direcionadas ao turismo no Estado do Ceará e a relação das novas dinâmicas resultantes, priorizando as análises na Região Metropolitana de Fortaleza.

2.1.1. PRODETUR I

O PRODETUR I é criado em 29 de novembro de 1991, pela portaria conjunta 1, pela SUDENE e EMBRATUR , sendo resultados dos esforços dos governos nordestinos para a prioridade do turismo como principal vetor econômico da região. No caso cearense, o PRODETUR baseia-se nos relatórios e conclusões do PRODETURIS, um programa de iniciativa estadual criado em 1989. Por isto, a primeira etapa do PRODETUR prioriza os investimentos em infra-estrutura, e principalmente na cidade de Fortaleza e nos municípios do litoral oeste cearense, ou intitulado de “Costa de Sol Poente”. A concentração nesta zona deve-se à falta de infra-estrutura em relação ao turismo, já que o litoral leste por conjugar uma área de expansão urbana de Fortaleza, recebe mais investimentos tanto de origem pública estadual e privada.

O mapa a seguir mostra os investimentos por município do Ceará, para facilitarmos a compreensão da distribuição.



Mapa 1 – Investimentos do PRODETUR I no Ceará

O PRODETUR I investe cerca de R$ 340 milhões no estado do Ceará, sendo que somente em Fortaleza, este volume é de quase R$ 183 milhões (54% do total). Na Região Metropolitana de Fortaleza, três municípios são contemplados: Fortaleza, Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que juntos, concentram a quantia de R$ 252 milhões (cerca de 74,5% do total), e os demais municipios, todos litorâneos do litoral oeste, Trairi, Paracuru, Paraipaba e Itapipoca, completam com R$ 88 milhões (25,5% do total).

Os investimentos do PRODETUR I no Ceará são: a) a ampliação do Aeroporto Pinto Martins com R$ 183 milhões (54% do total); b) as vias rodoviárias com R$ 47 milhões (14% do total); c) saneamento básico com R$ 79,2 milhões (23,3% do total) e d) proteção e recuperação ambiental com R$ 12,5 milhões (3,67% do total). Estas principais ações são imprescindíveis para o desenvolvimento turístico em outros municípios não metropolitanos.

2.1.2. PRODETUR II

O PRODETUR II inicia-se oficialmente em 2004, com investimentos de cerca de US$ 400 milhões. Este programa visa complementar os investimentos e municípios não contemplados na etapa anterior. O Ceará tem participação deste montante em cerca de US$ 80 milhões (R$ 153 milhões).

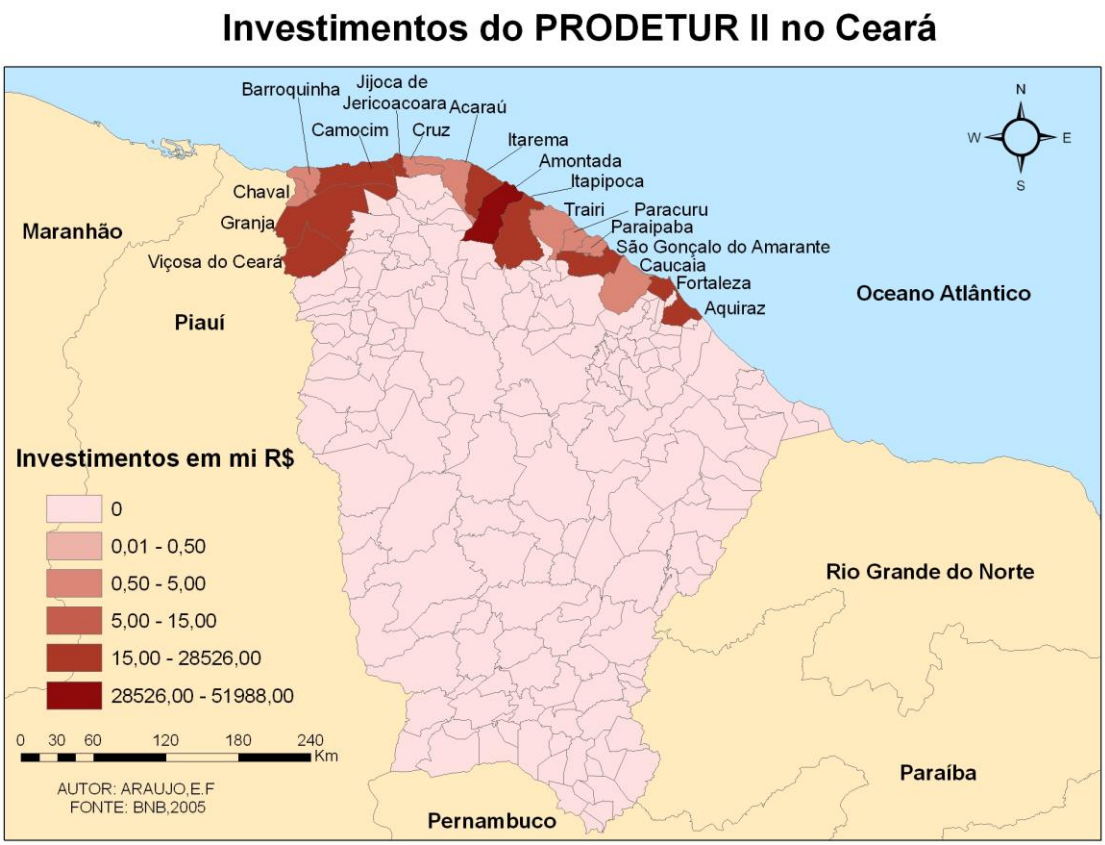
Os municípios do PRODETUR II são Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Itapipoca, Paracuru, Paraipaba e Trairi (contemplados pelo PRODETUR I), Aquiraz (leste da RMF) e os municipios do litoral oeste: Acaraú, Amontada, Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara e Viçosa do Ceará.

Todos os municípios litorâneos do litoral Oeste cearense recebem recursos do PRODETUR II, inclusive os municípios não litorâneos de Granja e Viçosa do Ceará. A CE -085 (Via Estruturante) recebem recursos para sua ampliação até Granja, no objetivo de facilitar o fluxo em todo o litoral cearense. Mas existe diferença das lógicas de investimentos do PRODETUR I para o PRODETUR II?

Grosso modo, o PRODETUR II segue a mesma lógica operacional do PRODETUR I, pois, 82,60% dos investimentos concentrarem-se na construção e ampliação de vias rodoviárias, temos um direcionamento à esfera municipal: a) a capacitação profissional turística; b) fortalecimento institucional das secretarias municipais; c) a implantação de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU's). A elaboração de projetos cartográficos do litoral cearense e urbanização da orla marítima de São Gonçalo do Amarante são outras ações relevantes neste programa.

Na lógica operacional do PRODETUR II temos a maior demanda do governo estadual, que apresentou 37% de todos os recursos contra 19% do PRODETUR I. E os outros municípios litorâneos não contemplados pelo PRODETUR I recebem grande parte dos investimentos, como o de Amontada com R$ 52,0 milhões, Granja com R$ 28,3 milhões e Itarema com R$ 21,8 milhões.

Desta forma, o litoral oeste é planejado: inicialmente pelo PRODETUR I com infra-estrutura de transportes e saneamento básico, e posteriormente, pelo PRODETUR II com mais vias rodoviárias, capacitação profissional e fortalecimento institucional no intuito de auxiliar o desenvolvimento turístico. O mapa abaixo mostra os municípios que receberam estes recursos provenientes do PRODETUR II.



Mapa 2 – Investimentos do PRODETUR II no Ceará

Apesar de considerarmos os investimentos uma variável relevante na consolidação das atividades turísticas, as políticas públicas *per si* desenvolvem o turismo? Não são necessários outros agentes e/ou outras articulações políticas e/ou socioeconômicas? Compreendemos que os investimentos são responsáveis pela atração e consolidação dos lugares turísticos, não a explicação de eventuais fluxos.

Pois, o turismo cearense já tinha fluxos consideráveis, antes das obras do PRODETUR em 1997, o que prova que o planejamento turístico não se resume apenas em “obras”, mas em outras variáveis: a mudança de imaginário social juntamente com publicidade e propaganda turística, o zoneamento e loteamento de áreas a serem “planejadas” como os núcleos pesqueiros e a abertura econômica através de medidas menos burocráticas para atração de turistas nacionais e estrangeiros.

Esta conjuntura econômica do Estado é explicada por Santos (2006) com os “fixos e fluxos”, pois, os *fixos* são equipamentos físicos que são essenciais para que os *fluxos* sejam consolidados. Em suma, o atual território metropolitano é constituído de redes com múltiplas variáveis (econômicas, sociais, culturais) e que o planejamento acompanha esta lógica capitalista atual. Desta forma, o turismo é um importante vetor estratégico para o desenvolvimento econômico do Ceará e da RMF.

2.1.3. PRODETUR NACIONAL

O Prodetur Nacional é o ultimo programa de escala federal iniciado em 2009 e passa por algumas modificações ao longo do ano de 2010. Finalmente no ano de 2011, o Prodetur Nacional passa por reformulações mais precisas para que os investimentos sejam efetivados. O programa reserva cerca de US$ 1 bilhão para todos os Estados, Distrito Federal e qualquer cidade acima de 1 milhão de habitantes. Esta última característica é que diferencia das outras etapas, pois a esfera municipal ganha maior força no planejamento turístico.

Em outras palavras, os governos municipais tornam-se atores estratégicos desta nova política pública turística, já que anteriormente somente o governo estadual tinha a legitimidade de planejar e distribuir os investimentos nos espaços. Esta manobra de ampliação de escala (estadual para municipal) tornará os investimentos e infra-estruturas mais “eficazes e/ou melhores”? Esta é uma resposta a ser respondida pelas mudanças que iniciaram-se a fazer.

Entre esta escala municipal e estadual, o “Estado em si” se destaca perante os outros da Região Nordeste. O Estado do Ceará já tem garantido US$ 350 milhões, sendo US$ 250 milhões para o estado do Ceará e US$ 100 milhões exclusivamente para a cidade de Fortaleza, já que esta é uma das sedes da Copa do Mundo de futebol do ano de 2014.

O atual planejamento turístico modifica-se pela Copa do Mundo, promovendo outras análises geográficas para a compreensão do espaço turístico na Região Metropolitana de Fortaleza. Será planejado uma cidade à la modelo de Barcelona? Nossas pesquisas posteriores irão acompanhar tais mudanças significativas nas políticas públicas.

O mapa a seguir mostra as previsões dos investimentos públicos do Prodetur Nacional na Região Nordeste:

3. UMA NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL TURÍSTICA METROPOLITANA

As políticas públicas turísticas nos espaços litorâneos modificam a configuração territorial cearense e antes de tudo, a metropolitana. Mas que modificações de fato, acontecem? Inicialmente, a cidade de Fortaleza tem o papel de ser a metrópole, sendo o principal centro receptor e distribuidor de fluxo turístico, e desta forma, a infra-estrutura urbana e equipamentos concentram-se em seu tecido urbano. Em outras palavras, o turismo cearense irradia-se a partir da lógica metropolitana de Fortaleza.

A sociedade atual tem por principal característica a desigualdade econômica e espacial. A Região Metropolitana segundo Santos (2005) é uma das áreas privilegiadas de investimentos e planejamentos estatais, porém, alerta que isto não significa que o tecido metropolitano seja homogêneo já que a metrópole concentra

grande parte de todos os recursos e outros serviços relevantes. Desta forma, pretendemos compreender os níveis intrametropolitanos turísticos, e assim, o turismo na RMF e a sua relevância no contexto cearense.

Neste trabalho preliminar sobre a produção do espaço litorâneo da RMF, resolvemos inicialmente analisar três variáveis para compreendermos a dinâmica turística: a) o numero de turistas dos anos 2002 a 2008; b) a evolução e a tipologia hoteleiro-imobiliária no mesmo período e c) os investimentos públicos oriundos dos programas turísticos supracitados.

3.1. O ESPAÇO TURÍSTICO DO LITORAL DA RMF: uma análise preliminar

O espaço metropolitano é resultante de muitas variáveis econômicas e sociais, escalas temporais e a intervenção estatal. O caso da Região Metropolitana de Fortaleza é um reflexo desta conjuntura espaço-temporal. A metrópole data de 1973, e temos a indústria como o principal vetor econômico de crescimento, e no final dos anos 1980, o turismo apresenta-se como outro vetor relevante no desenvolvimento econômico.

Como apresentado anteriormente, as políticas públicas foram imprescindíveis para a ampliação dos fluxos turísticos. Dos cinco municípios litorâneos metropolitanos, apenas Cascavel (inserido na RMF no ano de 2009) não recebe investimentos do PRODETUR.

Os investimentos nos municípios litorâneos metropolitanos supracitados explicam por si, os fluxos turísticos metropolitanos? Ou seja, quais níveis que as políticas públicas interferem na produção do espaço “turístico”?

O Ceará desde os anos 1990 tem um aumento significativo no numero de turistas. Segundo a SETUR, em 1996 tivemos 773 mil turistas, e no ano de 2002, o numero chega a 1.629.000, com um acréscimo de 111% em 6 anos. Destes números, destacamos o litoral da RMF como o principal pólo turístico do Ceará, pois em 2002, tivemos 1, 041 milhão, ou seja, os cinco municípios litorâneos da RMF foram responsáveis por 64% de todo o fluxo cearense, e em 2008, este numero chegou a 1, 303 milhão de turistas, ou seja, 60% de todo o fluxo. Apesar de a porcentagem ser menor, o aumento de turistas na RMF foi de 26% e o total do Ceará, 33%.

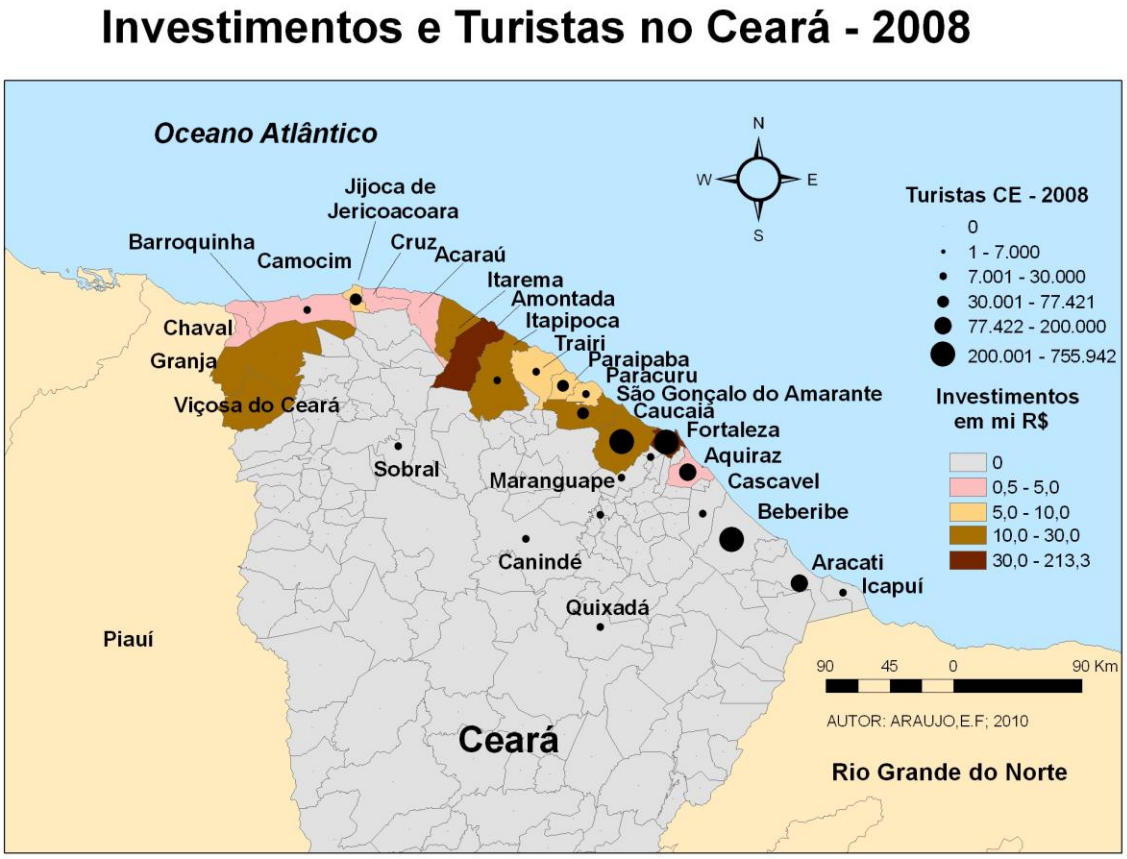
O litoral do Ceará apresenta-se como o principal espaço turístico com uma grande influência metropolitana, excetuando dois pólos turísticos que possuem fluxos relevantes: Aracati ao litoral leste e Jijoca de Jericoacoara ao litoral oeste. Como se pode provar que a influência metropolitana existe no turismo? Além do numero de turistas concentrarem-se no litoral da RMF, temos outra variável que nos dá informações sobre estes fluxos: os meios de hospedagem.

Porque a variável do setor hoteleiro é relevante? O turismo necessita de infra-estrutura para o seu desenvolvimento, e isto significa as vias rodoviárias, saneamento básico, e principalmente o setor hoteleiro, responsável pelos serviços aos turistas, e conjuntamente os empregados que trabalham nesta cadeia turística.

No ano de 2002, tínhamos a capital Fortaleza como o principal destino turístico com 804 mil turistas e 173 meios de hospedagem, enquanto Aquiraz, Caucaia e São Gonçalo do Amarante tinham respectivamente 21,19 e 22 meios de hospedagem com 68.502, 122.084 e 22.382 turistas. Percebe-se uma relevância da capital Fortaleza na infra-estrutura turística e o destaque para Caucaia e Aquiraz, enquanto São Gonçalo do Amarante e Cascavel (em 2002, não era da RMF) tinham menores fluxos turísticos.

No ano de 2009, temos mudanças significativas no contexto turístico e metropolitano? Percebemos que Fortaleza apesar da redução de fluxo turístico (804 mil em 2002 para 756 mil em 756 mil em 2008) em 6%, os meios de hospedagem ampliam-se de 173 para 206. Mas seria o enfraquecimento da metrópole? De forma alguma, o que percebemos é uma expansão do espaço turístico metropolitano. Caucaia e Aquiraz consolidam o seu fluxo turístico com acréscimos de 151% e 164%, respectivamente. E os meios de hospedagem dos respectivos municípios tiveram um acréscimo de 63% e 62%.

Do que podemos compreender através destes números? Apesar de termos um considerável acréscimo em equipamentos hoteleiros, o numero é insuficiente para justificar um grande numero de turistas nos municípios litorâneos metropolitanos. Desta forma, compreendemos que a metrópole Fortaleza é o “núcleo turístico” da RMF por causa de sua infra-estrutura e outros serviços. Em outras palavras, os turistas fixam-se em Fortaleza, e *passeiam* as praias metropolitanas, destacando-se as de Aquiraz e Caucaia. Então, estas dinâmicas de concentração turística em Fortaleza e outros turistas que se hospedam nos próprios municípios, reforçam o papel da metrópole no fluxo turístico cearense.



Mapa 4 – Turistas e Meios de Hospedagem – 2009

Em nossas análises sobre os municípios litorâneos turísticos da RMF, compreendermos que não existem dinâmicas únicas de fluxos turísticos, mas sim várias dinâmicas: a) a valorização litorânea, por isto, o turismo é predominantemente litorâneo; b) a dinâmica da metrópole, ou seja, os turistas buscam lugares que tenham relação com a metrópole, e assim, o cotidiano moderno com infra-estrutura e seus serviços; c) a dinâmica intra-metropolitana através de sua expansão e fluxos resultantes, como Aquiraz e Caucaia e d) as políticas públicas que reforçam o papel metropolitano e concomitantemente, uma descentralização ao longo dos municípios litorâneos não-metropolitanos.

Desta forma, este trabalho visa à compreensão do espaço litorâneo metropolitano de Fortaleza em sua amplitude, mas os resultados preliminares obtidos não cessam a discussão das variáveis já estudadas, mas entendermos que a dinâmica metropolitana é mutável e complexa, e por isto, a necessidade de outras análises na Região Metropolitana de Fortaleza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento turístico do Ceará visou à inserção do litoral cearense em uma nova lógica internacional e a RMF consolida como um pólo econômico receptor e distribuidor deste fluxo turístico. As políticas públicas turísticas surgem como ações definitivas para a implementação do turismo em quase todo o litoral cearense. O litoral leste recebe investimentos do tesouro estadual e a iniciativa privada, enquanto o litoral oeste recebe grande parte dos investimentos do PRODETUR.

Discutimos que este planejamento turístico foi além dos planos e políticas públicas e se comportou como uma "ideologia" necessária para o desenvolvimento cearense, desde o novo imaginário social até os investimentos públicos. As políticas públicas tornaram-se ações físicas para a consolidação dos fixos e fluxos necessários para o desenvolvimento turístico, priorizando os municípios com déficit de infra-estrutura.

De que forma, as políticas públicas tornaram-se relevantes no fluxo turístico da RMF? Percebemos que estas foram importantes, porém *per si* não explicam o fluxo turístico existente, já que a dinâmica intrametropolitana é anterior às estas políticas, e o papel da metrópole é reforçado pela infraestrutura já existente e concomitantemente, o processo de ampliação do espaço metropolitano ocorre.

Desta forma, a análise das variáveis (políticas públicas, o numero de turistas e meios de hospedagem) reforça que o papel metropolitano é relevante, conjuntamente com a valorização litorânea em todos seus aspectos, sejam eles culturais, sociais, econômicos e estratégicos. Em outras palavras, a compreensão *lato sensu* do espaço metropolitano é complexo e dinâmico, por isto, torna-se necessário o maior numero de variáveis e elementos analíticos.

Em suma, este trabalho visa iniciar a discussão sobre a produção do espaço litorâneo metropolitano de Fortaleza e espera suscitar duvidas e críticas, no intuito de consolidar uma discussão completa sobre a temática abordada.

5. BIBLIOGRAFIA

ARAUJO,E.F; Dantas,E.W.C. Cumbuco: "Enclave" Turístico Em Caucaia-CE. In: 12 **Encuentro de Geógrafos De América Latina**, 2009, Montevideo. Caminando En Una América Latina En Transformación, 2009. V. 1. P. 1-15**.**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Relatório final do PRODETUR NE. Brasília, 2005.

BENEVIDES, I. P. **Turismo e Prodetur**: Dimensões e olhares em parceria, Fortaleza: Editora UFC, 1998.

BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo.** vol 1 nº 1. Rio de Janeiro, 2001, p.1-7.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru – SP: EDUSC,2003.

CUNHA, E.P.da; CUNHA, E.S.M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A. **Políticas Públicas**. (orgs) [et al] . Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DANTAS,E.W.C. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator.** Ano 1 nº 01. Fortaleza,2002b p.53-60.

_____. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: EdUFC,2009.

DANTAS,E.W.C; PEREIRA,A.Q; PANIZZA.A.C. **Urbanização litorânea das metrópoles brasileiras nordestinas brasileiras**: vilegiatura marítima na Bahia, Pernambuco,Rio Grande do Norte e Ceará,2008.

DE ROSE, A.T. **Turismo:** planejamento e marketing. São Paulo: Manole, 2002.

GOELDNER, C.R; RITCHIE, J.R.B; MCINTOSH, R.W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. Tradução de Roberto Cataldo Costa – 8 ed – Porto Alegre, Bookman, 2002.

MORAES, A.C.R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume,2007.

PETROCCHII, Mário. **Turismo**: Planejamento e gestão - São Paulo: Futura, 1998

SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ. Indicadores Turísticos do Turismo Ceará: 1995-2006. Fortaleza, 2007.

SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ. Indicadores turísticos 2008. Fortaleza, 2009.